

Economia, trabalho e identidades migratórias no contexto brasileiro: uma análise sobre a ‘Operação Acolhida’

Regiane Cristina de Souza Fukui^{1*} e Ana Celi Pavão Guerchmann²

¹Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. ²Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

*Autor para correspondência. E-mail: rcsouza@uem.br

RESUMO. O presente artigo é fruto de uma pesquisa que investiga o tema das migrações, relacionando-o ao panorama atual do trabalho e à construção das identidades de sujeitos advindos do contexto migratório. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é compreender as relações estabelecidas entre a ação do Governo Federal – Operação Acolhida – e o contexto do trabalho, refletindo sobre a composição das identidades em condições migratórias. Foi utilizada como base teórico-conceitual a Psicologia Social Crítica, bem como o método da Epistemologia Qualitativa de González-Rey, que defende o conhecimento como processo em construção. A pesquisa bibliográfica e documental foram os procedimentos para a operacionalização da pesquisa. Muitas são as razões para que pessoas deixem seus países de origem em busca de acolhimento e alternativas de sobrevivência em outras terras, inclusive para preservarem suas vidas, como é o caso dos refugiados. Sendo assim, considerando as transformações no cenário da economia e do trabalho, o que culminou em crescente informalidade, sustentamos a hipótese de que as esferas economia, trabalho e migrações se conectam em uma tríade indissociável na qual identidades estão em constante (re)construção. Em meio a essa trama, a Operação Acolhida que, em tese, trabalha na proposta do acolhimento às pessoas migrantes e sua inserção no mercado de trabalho formal, pode acabar sustentando um cenário de ausência de suporte por parte do Estado, desfavorecendo movimentos de emancipação identitária.

Palavras-chave: migração; trabalho; economia; psicologia social crítica; identidade; informalidade.

Economy, labor and migrant identities in the brasilian context: an analysis of ‘Operação Acolhida’

ABSTRACT. The present article is the result of research investigating the subject of migrations, relating it to the current landscape of work and the construction of identities of individuals emerging from a migratory context. From this perspective, the aim of this article is to understand the relationships established between the action of the Federal Government – Operation *Acolhida* – and the context of work, reflecting on the composition of identities under migratory conditions. The study used Critical Social Psychology as its theoretical-conceptual basis, as well as González-Rey’s method of Qualitative Epistemology, which advocates for knowledge as an ongoing process of construction. Bibliographic and documentary research were the procedures employed to operationalize the study. There are many reasons why people leave their countries of origin in search of shelter and alternative means of survival in other lands, including the preservation of their lives, as is the case with refugees. Thus, considering the transformations in economic and labor landscape that have culminated in growing informality, we uphold the hypothesis that the realms of economy, work, and migrations are interconnected in an inseparable triad in which identities are in constant (re)construction. Amid this framework, Operation *Acolhida* – which, in theory, is intended to welcome migrants and integrate them into the formal labor market – may end up fostering a scenario of lack of support from the State, thereby disadvantaging movements toward identity emancipation.

Keywords: migration; work; economy; critical social psychology; identity; informality.

Received on February 7, 2025.

Accepted on June 26, 2025.

Introdução

O tema migrações não é algo recente. Seja através da mídia televisiva ou de outros meios de comunicação, as migrações são evidenciadas como fruto de aspectos ambientais e/ou situações geopolíticas e socioeconômicas que reverberam em guerras e ataques às vidas humanas. Em 2022, assistimos quase

diariamente a guerra instituída entre a Rússia e a Ucrânia. A disputa política por territórios entre Israel e Palestina, por exemplo, é expressa através de ataques concretos a todos os que habitam aquela região, e tem impulsionado muitas pessoas a buscarem alternativas de vida e existência em outras terras.

Conforme a Organização Internacional para as Migrações [OIM] (McAuliffe & Triandafyllidou, 2023), em uma análise comparativa realizada entre os anos 2000 e 2022, o número de pessoas migrantes, em contexto mundial, saltou de pouco mais de 170 milhões para 281 milhões de pessoas no ano de 2022.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR] (2025), no ano de 2023, o Brasil recebeu mais de cinquenta e oito mil solicitações de refúgio, provenientes de pessoas em condições de extrema vulnerabilidade de mais de 150 países. Destaca-se que o estado de Roraima, em comparação com os outros estados brasileiros, obteve o maior número destas solicitações (51,5%), apreciadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, em 2023.

Conforme Junger da Silva et al. (2024),

[...] a legislação brasileira reconhece, ainda, o direito do refugiado de solicitar a reunião familiar, ou seja, a possibilidade de o refugiado trazer sua família ao Brasil para viver em unidade familiar, viabilizada por meio da concessão de visto temporário para reunião familiar, conforme dispõe a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Junger da Silva et al., 2024, p. 8).

Assim, as pessoas advindas destes contextos e que solicitam oficialmente a possibilidade legal de acolhida e permanência às autoridades competentes do possível país de destino, considerando situações nas quais a própria vida está sob perigo em seus respectivos países de origem, são denominadas de solicitante de refúgio. Ao conseguir documentalmente esse feito – acolhida e permanência – passam a ser refugiados, o que significa que estão amparados legalmente por uma Nação, mas terão que encontrar meios de sobrevivência, o que possivelmente será alcançado, a princípio, por instituições do terceiro setor – tradicionalmente atuam nesta frente de trabalho a Cáritas, Instituto Ethnos Brasil, para citar algumas, e, posteriormente e inevitavelmente, o contexto do trabalho será, em tese, propiciador do rendimento para suprir as necessidades mais elementares do custo de vida.

Certamente, além dos refugiados, há outro público advindo do contexto migratório, que necessita do trabalho como fonte de geração de renda. Classificam-se aqui enquanto migrantes internacionais todas as pessoas que, independentemente das suas motivações, deixaram seus países para buscarem alternativas de sobrevivência em outros lugares. Conforme o Relatório Mundial da Organização Internacional para as Migrações [OIM] (McAuliffe & Triandafyllidou, 2023, p. 24), “[...] as desigualdades socioeconômicas transregionais motivam as pessoas a migrar irregularmente para fora da região, principalmente em busca de melhores oportunidades econômicas”.

Considerando a divisão internacional do trabalho, a migração irregular – aquela na qual as pessoas ingressam e permanecem em um país de forma indocumentada – é associada e mantida neste contexto.

A essa discussão cabe acrescentar a noção de Identidade, já que pessoas em regimes migratórios têm suas identidades afetadas pelas novas condições a que são expostas, geralmente marcadas por complexos movimentos de deslocamentos, perdas e ressignificações. Entende-se Identidade como construção subjetiva contínua que se dá no terreno da esfera material, social e cultural, atravessada pelo contexto histórico, o que nos leva a entender que aquilo que o ser humano é, pensa e sente tem como base fundadora a dinâmica sociocultural que se destrincha no interior da vida cotidiana.

Mediante o aumento significativo de migrações para o território brasileiro, especialmente nos últimos dez anos, foi instituída a Operação Acolhida – por parte do Governo Federal – objetivando acolher migrantes e refugiados. Constituiu-se como uma instância que recepciona, auxilia e supostamente realiza a integração do público-alvo no contexto social, considerando o viés da economia, e, portanto, o trabalho.

Deste modo, defende-se a hipótese de que as relações entre economia, trabalho e migrações podem ser compreendidas como uma tríade indissociável na qual são construídas novas e híbridas formações identitárias. Partindo desse caminho, o objetivo geral deste texto é compreender as relações estabelecidas entre a Operação Acolhida e o contexto do trabalho, refletindo sobre as transformações identitárias em condições migratórias.

Caminhos percorridos: bases teórico-metodológicas da pesquisa

Este artigo apresenta uma discussão teórico-reflexiva acerca do tema das migrações, tomando como base os estudos realizados em um projeto de pesquisa institucional, nos períodos de janeiro a dezembro de 2024, na Universidade Estadual de Maringá, que investigou as possíveis relações entre migrações e trabalho.

Como fundamento epistemológico e conceitual utilizam-se os pressupostos da Psicologia Social Crítica que propõe o viés de pensamento e prática sobre o contexto material, social, histórico e cultural evidenciando-se as contradições e seus significados (Lane, 2006; Guareschi, 2007; Bernardes, 2011).

A partir dessa perspectiva, considera-se que é na materialidade das relações, isto é, na experiência de vida no cotidiano de cada um/uma, acentuada pelo período que a antecede (processo histórico), que as relações individuais/sociais são produzidas e reproduzidas, destacando que a complexidade humana, abordada neste campo do conhecimento, reside na não cisão entre o individual/social, objetivo/subjetivo, concreto/simbólico (Oliveira, 2004; Oliveira & Werba, 2011).

Para a compreensão do fenômeno da Identidade, adota-se a Teoria da Identidade de Ciampa (1987, 1999), circunscrita na Psicologia Social Crítica, que apreende a formação identitária como um processo em movimento contínuo que perpassa simultaneamente as dimensões subjetiva e social, ou seja, a todo instante, o ser humano vai se constituindo subjetivamente na objetividade da vida cotidiana.

Destaca-se que a base teórica a qual Ciampa (1987) se dedicou, discute ampla e dialeticamente o conceito de identidade, ou melhor, de diversas e possíveis identidades, na qual a experiência de vida de pessoas migrantes compõe as discussões e achados principais. Em sua produção, o autor lança mão de duas narrativas: a primeira é a de um personagem fictício, Severino, que dá vida a uma obra importante da literatura brasileira – *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, publicada em 1955 (Melo Neto & Secchin, 2010) – que conta a história de um retirante nordestino que parte do sertão em direção ao litoral para encontrar melhores condições de vida. A segunda narrativa é de uma personagem da vida real, Severina, marcada por uma trajetória de pobreza e violência familiar, que decide migrar para São Paulo à procura de novas oportunidades. Nesta cidade enfrentou muitos obstáculos, mas também encontrou outros caminhos para transformar sua identidade e seguir em busca de sua emancipação.

Essas narrativas demonstram que a condição migratória se revela não apenas como uma mudança geográfica, de territórios e tradições culturais, mas como movimentos contínuos de enfrentamentos, transformações e vivências de múltiplas possibilidades de ser e pertencer.

Dito isso, e em consonância com a base teórico-conceitual aqui adotada, o método utilizado para o tratamento dos dados foi a Epistemologia Qualitativa de González-Rey que traz a assertiva de que a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais é um processo relacional – seja entre o pesquisador e o pesquisado (quando pesquisa empírica) ou entre o pesquisador e seu arcabouço teórico (quando pesquisa bibliográfica, documental) (González-Rey, 2005, 2019). O autor defende o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, opondo-se à ideia de um conhecimento pronto e linear, passando a considerá-lo como um processo de construção, no qual o pesquisador está inteiramente implicado e, cuja interpretação se desenvolve pela atribuição de significados a formas diferentes do objeto pesquisado, não se referindo a categorias universais e invariáveis, mas realizando-se através da unicidade e complexidade do fenômeno em estudo.

Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica (livros, artigos em periódicos especializados) e documental (relatórios de livre acesso produzidos por órgãos oficiais como a Organização Internacional para as Migrações – OIM e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR). Assim, este trabalho passou pelo refinamento teórico a partir de diversas produções que estivessem relacionadas com a pesquisa e com os possíveis temas transversais e correlatos ao objeto de investigação, mas, principalmente por um “[...] movimento vivo por meio de sua produção intelectual” (González-Rey, 2005, p. 59).

A esse ‘movimento vivo’ enfatiza-se o aporte teórico conceitual enquanto fonte crucial para o aprimoramento das reflexões, considerando os desafios da realidade concreta imposta pelos eventos cotidianos ao fenômeno das migrações. Deste modo, a cotidianidade coloca à prova a teoria:

A teoria é uma construção sistemática, confrontada constantemente com a multiplicidade de ideias geradas por quem as compartilha e quem se opõe a elas, do que resulta um conjunto de alternativas que se expressam na pesquisa científica e que seguem diferentes zonas de sentido sobre a realidade estudada. Nenhuma teoria pode ser considerada resultado final, capaz de dar conta em termos absolutos do estudado, pelo qual as categorias que apresentamos não podem ser reificadas (González-Rey, 2005, pp. 59-60).

Uma discussão sobre identidades no contexto migratório

Cada ser humano nasce em um mundo já preparado social e culturalmente, composto por um conjunto de normatizações, crenças e costumes que dão forma à realidade vivida e compartilhada. De acordo com Berger e Luckmann (2011), é no processo de socialização, sustentado na interação com esse mundo sociocultural e por meio da mediação de seus habitantes, que o ser humano vai internalizando os componentes da coletividade a qual pertence, construindo ao mesmo tempo, sua individualidade. É, portanto, nesse ciclo socialização-individuação que a identidade é formada, destacando a dimensão histórica, já que em cada ser humano singular está contido a totalidade do legado social e cultural próprio de sua comunidade.

A identidade só existe dentro de um espaço-tempo contextualizado e, enquanto a vida vai seguindo seu curso e a rotina impera como realidade coerente, ela tende a ser pouco ou de modo algum questionada. Porém, diante de mudanças, cenários de incertezas e heterogeneidades, a identidade passa a ser pauta de questionamentos e dúvidas: quem sou eu ou quem é esse outro? Como devo me comportar? A qual lugar e grupo pertencço?

Em se tratando dos migrantes, pessoas que deixam seus países de origem – a fonte primária de suas vivências sociais, materiais e afetivas – para buscarem sobrevivência, acolhida e permanência em lugares desconhecidos, qual seria o impacto desse acontecimento na estrutura de suas identidades? E mais ainda, quais efeitos suas identidades originárias podem gerar na comunidade receptora?

Sobre essa última pergunta, vale mencionar o alerta de Sawaia (2006) de que, muitas vezes, a identidade é usada como conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades hierarquizadas, visando excluir (e, ao mesmo tempo, incluir) parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejudicar a ordem social. Nesse sentido, a identidade seria uma espécie de “[...] ideologia separatista [...]” (Sawaia, 2006, p. 119), cuja relação com a alteridade e a defesa do direito à diferença transformam-se em luta contra o outro.

A mesma autora defende que “[...] a referência à identidade só pode ser usada, quando se supera o seu uso político para discriminar e explorar o outro, quando se reconhece a identidade como igualdade e diferença [...]” (Sawaia, 2006, p. 125).

Do ponto de vista do migrante, uma vez estando em um país estrangeiro, ele irá se deparar com elementos diversos da cultura local que podem representar barreiras e exigir constantes adaptações: a linguagem, os costumes, as normas sociais, a arquitetura dos lugares, os códigos de interação social etc. Contudo, como afirmam Dantas et al. (2010, p. 52), “[...] a partir da vivência do encontro com outra cultura o sujeito é convidado a questionar sua maneira de entender a realidade e integrar novas descrições e narrativas, ampliando suas possibilidades de Ser, isto é, sua identidade”.

Partindo desses apontamentos, toma-se como base os pressupostos de Ciampa (1987, 1999, 2006) para entender o conceito de identidade. Para o autor, identidade é metamorfose, transformação, um jogo contínuo de igualdades e diferenças; é tudo aquilo que cada pessoa é, mas que também deixa de ser para dar lugar a outras versões de si mesma. Dantas et al. (2010) complementam que a necessidade de diferenciação, isto é, de singularização, funde-se com a necessidade de coesão, igualdade e manutenção da unidade no grupo de pertencimento. É essa dinâmica que permite que o sujeito possa se diferenciar progressivamente, tornando-se cada vez mais autônomo em busca de sua emancipação.

Assim, uma ideia central na visão de Ciampa (1987, 1999) é a dinâmica do reconhecimento, uma vez que a validação da identidade passa necessariamente pelo reconhecimento do outro, o interlocutor nesse processo. No caso dos migrantes, quando sua diferença é acolhida em espaços de reconhecimento mútuo, suas identidades são reafirmadas, ao mesmo tempo em que se abrem brechas para movimentos de transformação inerentes à construção identitária. Por outro lado, da mesma forma que o reconhecimento do outro permite a legitimação da identidade no campo coletivo a favor de seu processo de transformação, ele pode também endurecer modelos identitários, reduzindo-os a tipos estáticos e imutáveis; é o que Lima (2010) chama de reconhecimento perverso.

O reconhecimento perverso ocorre quando se passa a enxergar o outro com olhar limitado e discriminatório, desconsiderando sua historicidade e psicologizando suas atitudes e decisões. Nas palavras de Ciampa (1987), é enxergar o humano como não humano, tão somente como peça necessária à engrenagem de um sistema dominado por interesses puramente produtivistas e instrumentais. Infelizmente, não é incomum os migrantes experimentarem esse olhar ao buscarem abrigo em novas terras.

Esse tipo de reconhecimento que estigmatiza e domina o outro, vem ao encontro do alerta de Sawaia (2006) de usar a identidade como mera estratégia nas relações de poder. “Quando isto ocorre, cai-se na

esquizofrenia da ‘identidade volátil’, que impede relações, ou na cristalização da ‘identidade clichê’ que, aliada ao ultra investimento na diferença, torna-se marca que separa e discrimina” (Sawaia, 2006, p. 121, grifo do autor).

Nesse momento, é preciso admitir que, ao questionar as identidades (ou o que é pior, ao não as questionar), torna-se imprescindível uma atitude reflexiva, utilizando recursos analíticos para não incorrer em uma visão separatista desse termo, como já sinalizou Sawaia (2006). Para entender o que é identidade, há que se fugir da lógica do idêntico, do absoluto, do estático. Identidade são identificações contínuas, são processos intermináveis de humanização; como defende Campos (2017, p. 2) ao inspirar-se em Ciampa, é uma “[...] progressiva e infindável concretização histórica do vir-a-ser humano, que se dá sempre como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades”.

Para Ciampa (2006), o processo de metamorfose inerente à identidade, é inseparável da busca pela emancipação. Todavia, o próprio autor aponta que a capacidade humana de viver movimentos de metamorfose cotidianamente não garante o alcance definitivo da emancipação. Trata-se de um espiral de luta permanente, já que, ao se emancipar de uma situação impeditiva, o sujeito sempre correrá o risco de se defrontar com outros novos desafios. No contexto migratório,

[...] para compreender o que leva um sujeito a deixar seu país rumo a um lugar estranho e desconhecido, torna-se imprescindível a compreensão de que, embora o indivíduo seja um ser de possibilidades, a sua humanização e a consequente concretização dessas possibilidades dependem das condições históricas e sociais que o circundam. Logo, é possível inferir que o processo migratório é percebido por muitos sujeitos como uma forma (ou única forma – no caso das migrações forçadas) de buscar essa humanização e de concretizar suas possibilidades enquanto seres humanos (Miranda, 2019, p. 576).

A partir desse olhar, destaca-se a importância de projetos de acolhimento que possibilitem a efetiva inclusão do migrante no contexto social, cultural e econômico do país de destino. Essas iniciativas são fundamentais para promover a integração e o intercâmbio de experiências, colaborar com o acesso a direitos básicos e fortalecer o senso de pertencimento, contribuindo para a (re)construção de novas possibilidades identitárias.

A economia, o trabalho e a operação acolhida

De acordo com Bignami (2022), há relações estreitas entre a economia, o mercado de trabalho e as migrações. A economia – atividade relacionada à produção de bens e serviços, bem como dos recursos disponíveis para sua operação e a forma como coletivamente as sociedades se organizam para criação, utilização e distribuição dos bens produtivos – apresenta-se, a princípio, através do binômio formal / informal.

Quanto à economia formal, destacam-se as organizações regulamentadas conforme as normativas e/ou legislações vigentes de cada país, seja no âmbito público ou privado. Já a economia informal, segundo o mesmo autor, é um tema delicado que tem sido elaborado nas últimas quatro décadas. Ademais,

O conceito também está relacionado à baixa produtividade do trabalho, baixa renda, más condições de trabalho, barreiras ao desenvolvimento, sonegação de impostos, concorrência desleal, desagregação social e ao déficit de proteção social. Atualmente, a definição de economia informal faz parte de um conceito mais amplo relacionado à proteção de trabalhadores vulneráveis (Bignami, 2022, p. 38).

Este conceito faz referência à não proteção de trabalhadores vulneráveis, significando que não exista qualquer preocupação por parte dos empregadores ou do Estado. Complementar a isso, é no bojo da economia informal que se encontra ambiente propício para o aumento (ainda mais) das vulnerabilidades a que os trabalhadores e as trabalhadoras, em especial migrantes, estão expostos.

Conforme os dados da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization [ILO], 2025), aproximadamente seis em cada dez pessoas no mundo trabalham na economia informal. Destaca-se, especificamente nas Américas, que o percentual de trabalhadores/as que atuam na economia informal, quando comparados com os que possuem um vínculo formal, é de 36,5%. Entretanto, na América do Sul, onde o Brasil está localizado, e, portanto, faz parte desta estatística, o número de trabalhadores que estão na informalidade é de 49,9%, isto é, praticamente metade do contingente de trabalhadores.

Neste contexto da economia, pode-se analisar que quando uma pessoa migra, ela desconhece informações relacionadas ao país de destino, inclusive (ou principalmente) como funcionam e se mantém as relações de e com o trabalho. Anterior a esta reflexão, destaca-se a função sustentadora do trabalho na trajetória das migrações e, portanto, de seu impacto nas possíveis composições identitárias.

No que tange às identidades, tanto Ciampa (1987) quanto Sawaia (2006), reconhecem o trabalho enquanto elemento fundante na construção das identidades, em uma perspectiva dialética, ao considerarem o trabalho enquanto campo profícuo para as transformações singulares, funcionando como o mediador entre o humano (indivíduo) e o campo social (relações) no qual as identidades são paulatinamente (re)construídas.

Sayad (1998, 2002) destaca que o migrante vivencia uma espécie de dupla ausência, isto é, sente a falta das relações sociais, dos alimentos, da língua materna e da forma de se comunicar, para descrever alguns dos elementos relacionados ao país de origem. No que se refere ao país acolhedor, a ausência passa a ser experienciada pelo migrante, quando, ao rememorar as experiências prévias de vida e as referências construídas, e confrontá-las com as vivências novas em terras por vezes ainda desconhecidas, sente-se sem ‘lugar’. É como se tudo o que fazia sentido não o fizesse mais, é uma perda de referências – o único elemento que provavelmente seria possível carregar na bagagem da memória.

Assim, retomando as análises acerca do trabalho, confere-se a ele um possível ‘lugar’ de novas experiências e relações humanas; um suposto espaço no qual novas referências poderão ser construídas.

Conforme Ragnini et al. (2020), um dos motivos que fazem com que as pessoas se desloquem, deixem seus países de origem em busca de outras localidades, são as precárias condições de vida, destacando a ausência de trabalho/emprego/renda.

A Organização Internacional para as Migrações – OIM (2022), produziu um relatório comparativo entre os anos 2000 e 2020 respectivamente, no qual – sem adentrarmos a explicação pormenorizada dos itens constantes na Tabela 1 – destacamos o item ‘número de trabalhadores migrantes’ – único item em que, no primeiro ano da pesquisa, não houve identificação acerca do motivador das migrações, e diferente disso, no segundo ano, é revelado que, quase 170 milhões de pessoas migraram – considerando o contexto do trabalho.

	2000	2022
Número estimado de migrantes internacionais	173 milhões	281 milhões
Proporção estimada da população mundial que é migrante	2,8%	3,6%
Proporção estimada de migrantes internacionais do sexo feminino	49,4%	48,0%
Proporção estimada de migrantes internacionais que são crianças	16,0%	14,6%
Região com a maior proporção de migrantes internacionais	Oceania	Oceania
País com a maior proporção de migrantes internacionais	Emiratos Árabes Unidos	Emiratos Árabes Unidos
Número de trabalhadores migrantes	–	169 milhões
Remessas internacionais globais (US\$)	128 bilhões	702 bilhões
Número de pessoas refugiadas	14 milhões	26,4 milhões
Número de pessoas deslocadas internamente	21 milhões	55 milhões

Figura 1. Principais fatos e números dos Relatórios de Migração Mundial 2000 e 2022

Fonte: McAuliffe & Triandafyllidou (2023, p. 11).

Considerando McAuliffe e Triandafyllidou (2023) e Cavalcanti et al (2024), ressalta-se que no Relatório Mundial sobre Migração (2022, 2024), as migrações em função do trabalho também estão relacionadas à análise das remessas internacionais, o que significa que os migrantes são (possivelmente) caracterizados como força motriz do suposto desenvolvimento da economia local e global. Alerta-se que essa é uma análise que deve ser feita com cautela, pois ao observarmos a tabela anterior, temos dados quantitativos, mas o que eles realmente significam?

Analisa-se que a economia, em certa medida, pode fomentar as migrações irregulares enquanto elemento essencial para a manutenção e intensificação das relações de trabalho criadas e sustentadas no capitalismo. Assim, “[...] as ligações entre a existência de uma economia informal e a migração irregular são claramente reconhecidas; trata-se de uma estratégia global para sobreviver e procurar um lugar melhor para trabalhar e viver, independentemente dos arranjos formais para tal” (Bignami, 2022, p. 39).

Considera-se que a economia informal foi abruptamente acentuada nos anos de 1980/1990 no contexto brasileiro e mundial: as privatizações e as terceirizações são alguns exemplos que foram os precursores deste fenômeno (Heloani, 2003).

Não apartado do contexto econômico, após os anos 2000, o Brasil passou a ser receptor de fluxos migratórios específicos como os haitianos a partir de 2010 e os venezuelanos, com fluxos acentuados a partir de 2016 (Fernandes & Faria, 2017; Chaves, 2022; Almeida et al., 2022; McAuliffe & Triandafyllidou, 2023).

Conforme Fernandes e Faria (2017), o terremoto do Haiti foi um grande disparador da concessão de vistos humanitários no Brasil – documento que viabiliza a permanência no país acolhedor. Além disso, a crise político-econômica, e, portanto, social, na Venezuela, fez com que muitos venezuelanos procurassem a mudança para outro lugar.

Esse fluxo migratório [da Venezuela para o Brasil] cresceu significativamente a partir de 2017, e o reconhecimento da condição de refugiado foi uma das principais estratégias adotadas. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), 77% dos solicitantes de refúgio entre 2011 e 2019 são venezuelanos. A maioria deles oficializou o processo de solicitação em Roraima (66,8%) e no Amazonas (27,6%) (Almeida et al., 2022, p. 16-17).

Como resposta ao contexto da migração que se instalou no Brasil, houve a criação, por parte do Governo Federal no ano de 2018, da ‘Operação Acolhida’. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (Brasil, 2025a),

[...] a Operação Acolhida foi criada pela Medida Provisória nº 820/2018, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial regulado pelo Decreto nº 9.970 de 2019 (Brasil, 2025a).

A princípio, a palavra ‘acolhida’ pode nos remeter a outras: acolhimento, espaço possivelmente aconchegante e/ou que ressoe sentimentos e experiências salutaras. Muito provavelmente, as associações que foram feitas com a palavra acolhida podem ser diferentes do ponto de vista dos sentidos que tangem à ação do Governo Federal.

Conforme Demétrio e Baeninger (2023); Almeida et al. (2022) e Chaves (2022), a Operação Acolhida constituiu-se em uma força-tarefa somando-se forças dos ministérios do Governo Federal, da Organização das Nações Unidas (ONU) e de diversas entidades da sociedade civil.

Destaca-se que há eixos que estruturam as ações da Operação Acolhida: 1- ordenamento de fronteira (regularização migratória); 2- acolhimento médico e fiscalização sanitária (saúde); 3- o processo de interiorização (encaminhamento dos migrantes para o interior do país, considerando o aspecto laboral).

A interiorização nada mais é do que um acordo entre o Governo Federal e os estados brasileiros no qual preconiza-se que, à medida em que surgem vagas de trabalho nas cidades de cada estado, em postos relativos à economia formal, os estados enviam essa informação ao pessoal de apoio da Operação Acolhida que, por sua vez, organizam a viagem e mudança dos migrantes para o interior do país. Assim, a partir da vaga de emprego sinalizada – VES – os migrantes são interiorizados.

Ressalta-se que além deste critério (posto formal de trabalho) para a efetivação do processo de interiorização, também podem ser considerados: o elemento institucional – o que significa que o encaminhamento é direto para uma possível instituição acolhedora; a reunificação familiar – viabilização da mudança dos migrantes para cidades onde estão os familiares; a reunificação social – viagem e permanência para um local onde há amigos que configuram uma rede de apoio. O processo de interiorização através da VES é nosso foco de análise e está centrado na tríade: economia / trabalho / Operação Acolhida (Chaves, 2022; Demétrio & Baeninger, 2023).

Conforme Cavalcanti et al. (2023) e o documento ‘Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela’ (Brasil, 2025b) – que objetiva apresentar um panorama (supostamente positivo) no que se refere às ações do Governo Federal no tocante às vagas de trabalho e, portanto, processo de interiorização –, cujo período de análise é de abril de 2018 a abril de 2023; mais de cem mil pessoas foram interiorizadas, em território brasileiro, a partir do trabalho desenvolvido pela Operação Acolhida. No que tange aos dados sobre o trabalho vinculado à economia formal, o documento ressalta que mais de 35.000 postos de trabalhos foram criados especificamente para migrantes, e houve uma movimentação entre admissões e demissões que superou a marca das 307 mil pessoas.

Denota-se que aquele documento não apresenta uma análise qualitativa dos dados, o que efetivamente pode significar mais de 300 mil pessoas trabalhadoras e que solicitaram demissão e/ou foram demitidas. Nada foi apresentado e discutido acerca dos 35 mil postos de trabalhos: foram específicos para migrantes? Em qual ramo de atividade e localidade do país? Para essas e outras perguntas, até o momento, não houve respostas. Para além disso, não há qualquer informação sobre a economia informal, como se o trabalho não estivesse também presente neste contexto.

Para Demétrio e Baeninger (2023), a interiorização que ocorre a partir da VES é um processo multifacetado. Por um lado, tem-se uma suposta vaga de emprego, e, do outro, pessoas que acabaram de migrar e sequer falam o idioma. Esta é a primeira e talvez a menos grave das ‘faces’ em relação às outras que estão por vir.

As autoras, anteriormente citadas, conduziram uma pesquisa na qual identificaram que há empresas brasileiras e multinacionais que, mesmo antes dos migrantes chegarem à Roraima, mais especificamente a Pacaraima – posto da Operação Acolhida, estão operando com o recrutamento de pessoal para o trabalho. Os contatos são estabelecidos e mantidos ainda no país de origem, considerando que os migrantes são o público-alvo e específico deste modo de recrutar. Esta ação nos leva a outra reflexão: qual o motivo de um recrutamento de migrantes que desconhecem o país e possivelmente a atividade?

Sugere-se que, justamente o desconhecimento da atividade, a possível não existência de supostas habilidades técnicas, o não saber sobre os direitos trabalhistas – relacionados a questões elementares como jornada de trabalho, descanso semanal remunerado e contrato – parecem ser os elementos desejados por alguns empregadores. É na ausência do conhecimento dos migrantes sobre o trabalho e na urgência imposta pela situação de vida atual que a superexploração do capital sobre a força de trabalho se impõe (Franklin, 2019).

No que diz respeito às autoridades que atuam naquela ação – VES – infere-se que interiorizar seja o primeiro passo para delegar aos outros estados e cidades aquilo que emergencialmente precisaria ser resolvido enquanto políticas públicas e não ação pontual e, principalmente, sem acompanhamento posterior. Quando os migrantes são interiorizados, o acompanhamento não se faz possível, embora, ao nosso ver, seja a base para pensar e repensar outras ações.

Na ausência do acompanhamento por parte do Estado, e, portanto, da Operação Acolhida, aquilo que a princípio é uma sinalização de vaga de emprego, significando que o migrante conseguiu um posto formal de trabalho, pode se transformar subitamente em outra realidade: a do trabalho no contexto da economia informal.

Para Demétrio e Baeninger (2023) e Chaves (2022), os ritmos extenuantes de trabalho impostos pela esteira no andamento da linha de produção nas indústrias, as precárias condições de trabalho em diversos segmentos da economia como os frigoríficos, a construção civil, os supermercados e outros, são alguns dos fatores que impulsionam a busca por outras alternativas de trabalho e renda, e nesta toada, a economia informal absorve parte desses trabalhadores, o que faz com que a precarização das condições de trabalho seja ainda mais evidente.

Não é incomum que os trabalhadores e trabalhadoras, na busca por sobrevivência, sejam vítimas de aliciadores de pessoas sendo capturados e submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. O precário mundo do trabalho que se tem na atualidade, materializado nas relações da economia, sobretudo na modalidade informal, encontra nas pessoas migrantes presas fáceis. Conforme Bauman (2017),

[...] os migrantes representam aquele fundo indesejado que se situa mais abaixo ainda – abaixo do fundo a que os ‘*misérables*’ nativos foram destinados e relegados; um fundo que pode tornar a sorte de uma pessoa um pouco menos que totalmente humilhante, insustentável e intolerável (Bauman, 2017, p. 19, grifo do autor).

Conexões

Esta pesquisa – na qual um dos frutos foi o desenvolvimento e escrita deste artigo – possibilitou-nos análises críticas, isto é, além da definição e precisão conceitual, a compreensão de temáticas específicas, como elas se relacionam e se mantêm interligadas, além, é claro, de alguns apontamentos como respostas ao objetivo inicialmente proposto.

As relações entre a economia, o trabalho e as identidades migratórias não são elementos desconectados. No bojo dessa reflexão encontram-se seres humanos, em contínua construção identitária, que oferecem a sua força de trabalho em troca de condições mínimas para a sobrevivência.

Benetti (2024) e Lisboa (2023) denunciam em suas respectivas pesquisas o contexto desigual relacionado ao binômio migração e trabalho. A primeira autora, ao entrevistar mulheres venezuelanas, expõe que, das oito mulheres entrevistadas, apenas uma tinha um contrato laboral no contexto da economia formal. Agravante maior se refere aos níveis de instrução: mulheres que na Venezuela exerciam a profissão de médica, advogada, contadora, cozinheira, e que no Brasil, além de não serem reconhecidas pelos seus pares, precisaram lidar com um ‘fazer’ apartado do ‘saber’, ou seja, o que se tinha como um marcador nas e das possíveis identidades profissionais, precisou ser reconstruído. Para a segunda autora, a ‘Operação Acolhida’ – especificamente o elemento relativo ao processo de interiorização no tocante à vaga de emprego sinalizada (VES)– configura-se como um desafio que tem como pano de fundo o interesse econômico dos estados que sinalizam as vagas. Assim, as duas autoras, com objetivos e resultados distintos em suas pesquisas, denunciam os percalços existentes entre economia, trabalho e migração.

O Ministério Público do Trabalho [MPT] (2023), em 2023, na cidade de Rio do Sul/ SC, resgatou 24 trabalhadores venezuelanos de condições de trabalho análogas à escravidão, que ingressaram no Brasil a

partir da Operação Acolhida e foram resgatados a partir de uma ação conjunta entre Ministério Público do Trabalho (MPT-SC), a Defensoria Pública da União (DPU), a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ressalta-se que, para a interiorização dos trabalhadores, mediante a modalidade da VES, a formalidade nos vínculos empregatícios é obrigatória, conforme exposição em tópico anterior neste texto. Entretanto, conforme o MPT de Santa Catarina, os venezuelanos foram atraídos por anúncios direcionados especificamente a eles e com condições de salários supostamente satisfatórias.

Quanto a esse feito (o trabalho análogo à escravidão e os migrantes interiorizados) não se encontrou informações quantitativas e/ou qualitativas nos organismos da ONU, ACNUR e OIM. Todavia, o próprio site da ONU/Brasil (Nações Unidas Brasil, 2022) dispõe sobre capacitação para migrantes venezuelanos, especialmente na região fronteira (estado de Roraima), com informações sobre legislação trabalhista no Brasil e sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão (o que é esse fenômeno, os cuidados necessários para com os aliciadores etc.). Assim, compreende-se que os órgãos internacionais admitem e reconhecem o perigo a que os migrantes estão expostos.

Retomando a dinâmica do reconhecimento apontada por Ciampa (1987, 1999) como condição necessária para a validação das identidades, podemos inferir que as pessoas em situações migratórias passam por vias indefinidas de reconhecimento, ao se depararem com a ausência dos referenciais anteriormente construídos, fazendo com que o processo identitário seja marcado pela tensão entre a manutenção dos elementos de sua história prévia e a necessidade de negociação e adaptação com a nova realidade. Esse percurso pode se tornar ainda mais árduo quando o olhar do outro revela sinais de estranhamento e desaprovação em um reconhecimento perverso (Lima, 2010), posicionando o sujeito migrante, antes sem lugar, em lugares de marginalização ou invisibilidade social, especialmente a trajetória destinada àqueles e àquelas que, ao invés de encontrarem um suposto lugar na economia formal, foram ‘acolhidos’ pela economia informal ou lançados em cenários perversos representados nesta análise pelo trabalho análogo à escravidão.

Considerações finais

Deste modo, compreende-se que a precarização nas condições de trabalho, bem como nas relações interpessoais, no cuidado com a saúde do trabalhador e da trabalhadora e outros marcadores é evidenciada. Neste raciocínio e com a compreensão de que as identidades são metamorfoses ao longo da vida, que não ocorrem apartadas do contexto sócio-histórico, reforça-se que a condição inerente de se metamorfosear não garante horizontes de emancipação, podendo, ao contrário, favorecer identidades fragilizadas que suscitem sentimentos de inadequação, deslocamento, não pertencimento, uma vez que a emancipação deve ser vislumbrada na materialidade da vida social, em movimentos que tornem os sujeitos ativos frente a situações em que sua presença é impedida.

É nesse direcionamento que se entende a relevância de ações como a Operação Acolhida – inicialmente concebida como um posto de recepção e acolhimento dos migrantes, especialmente os venezuelanos – que passou a se caracterizar como uma ação na qual as pessoas são encaminhadas para supostas vagas de trabalho, a partir da economia formal, e que poderia agir como um dispositivo potencial na busca pela emancipação. Entretanto, sem acompanhamento adequado por parte do Estado e sem acolhimento qualificado, os trabalhadores e as trabalhadoras podem ser abruptamente lançados na economia informal, e, por vezes, se tornando alvo de práticas desumanas como o trabalho análogo à escravidão.

Considerando a não cisão do campo individual/social, objetivo/subjetivo, concreto/simbólico, o desafio, portanto, está em promover espaços nos quais políticas tais como a Operação Acolhida atuem como ferramentas de acolhimento e emancipação, considerando a identidade não como a somatória de atributos inalteráveis, mas como ciclos de identificação que se constroem e se transformam em diálogo constante com o cotidiano e a vida em sociedade.

Referências

Almeida, R., Gama, H., & Paiva, L. (2022). A securitização do humanitarismo: percepções sobre a interiorização de imigrantes venezuelanos no Brasil. In F. Virginio (Org.), *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade* (pp. 13-24). Outras Expressões.

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2025). *Dados: refugiados no Brasil e no mundo*. <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Zahar.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2011). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.
- Bernardes, J. S. (2011). História. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca, *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 19-35). Vozes.
- Benetti, R. B. G. (2024). *Impactos psíquicos da imigração à luz da psicanálise: um estudo com mulheres venezuelanas no noroeste do Paraná* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá].
- Bignami, R. (2022). Migração irregular e a economia informal na América Latina. In F. Virginio (Org.), *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade* (pp. 37-47). Outras Expressões.
- Brasil. (2025a). *Operação acolhida*. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>
- Brasil. (2025b). *Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica à pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela*. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Operacao_Acolhida/Publicacoes/Interiorizacao_uma_estrategia_de_apoio_a_integracao_socioeconomica_de_pessoas_refugiadas_e_migrantes_da_Venezuela.pdf
- Campos, A. O. (2017). Metamorfose humana e memória. *Psicologia & Sociedade*, 29(1), e172075. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172075>
- Cavalcanti, L, Oliveira, T., & Silva, B. G. (2022). *Relatório anual OBMigra 2022* (Série Migrações). OBMigra.
- Cavalcanti, L, Oliveira, T., & Silva, B. G. (2023). *Relatório anual OBMigra 2023* (Série Migrações). OBMigra.
- Cavalcanti, L, Oliveira, T., & Silva, S. L. (2024). *Relatório anual OBMigra 2024* (Série Migrações). OBMigra.
- Chaves, J. (2022). A resposta ao movimento migratório venezuelano pela Operação Acolhida no Brasil: impasse entre o humanitarismo e políticas de trabalho decente. In F. Virginio (Org.), *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade* (pp. 25-35). Outras Expressões.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. CA Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1999). Identidade. In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75). Editora Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (2006). Entrevista. *Construção Psicopedagógica*, 14(1). https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100002&lng=pt&nrm=iso
- Dantas, S. D., Ueno, L., Leifert, G., & Suguiura, M. (2010). Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 18(34), 45-60.
- Demétrio, N., & Baeninger, R. (2023). Trabalho nos frigoríficos do Brasil: a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 6(1), 1-35. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v6.159>
- Fernandes, D., & Faria, A. V. (2017). O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 145-161. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0012>
- Franklin, R. S. P. (2019). O que é superexploração? *Economia e Sociedade*, 28(3), 689-715. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art04>
- González-Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. Pioneira Thomson Learning.
- González-Rey, F. L. (2019). A epistemologia qualitativa vinte anos depois. In A. Mitjáns Martínez, F. L. González-Rey, & R. Valdés Puentes (Orgs.), *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (Vol. 7, pp. 21-45). EDUFU.
- Guareschi, P. A. (2007). O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (p. 37-52). Editora Evangraf.
- Heloani, J. R. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. Atlas.

- International Labour Organization. (2025). *Informal economy*. <https://www.ilo.org/informal-economy-0>
- Junger da Silva, G., Cavalcanti, L., Lemos Silva, S., & Oliveira, A. T. R. (2024). *Observatório das migrações internacionais*. OBMigra.
- Lane, S. T. M. (2006). *O que é psicologia social*. Brasiliense.
- Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica*. FAPESP/EDUC.
- Lisboa, A. B. C. (2023). *A interiorização na operação acolhida: migrações internas de venezuelanos no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- McAuliffe, M., & Triandafyllidou, A. (2022). Transformações tecnológicas, geopolíticas e ambientais que moldam o nosso futuro de migração e mobilidade. In M. McAuliffe, & A. Triandafyllidou (Orgs), *Relatório Migração 2022* (pp. 1-62). Organização Internacional para as Migrações.
- McAuliffe, M., & Triandafyllidou, A. (2023). *Relatório mundial sobre migração 2022*. Organização Internacional para as Migrações. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022-chapter-1-portuguese>
- Melo Neto, J. C., & Secchin, A. C. (2010). *Melhores poemas: João Cabral de Melo Neto* (10a. ed.) [E-book]. Global.
- Ministério Público do Trabalho. (2023). *Resgate de 24 venezuelanos em condição análoga à escravidão*. <https://www.prt12.mpt.mp.br/procuradorias/prt-florianopolis/1339-resgate-de-24-venezuelanos-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-rio-do-sul>
- Miranda, S. C. (2019). O estudo das migrações a partir da psicologia social: uma perspectiva crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 566-582. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.46903>
- Nações Unidas Brasil. (2022). *OIM realiza sessões informativas com venezuelanos sobre mercado de trabalho*. <https://brasil.un.org/pt-br/185498-oim-realiza-sess%C3%B5es-informativas-com-venezuelanos-sobre-mercado-de-trabalho>
- Oliveira, M. S. B. S. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 180-186. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>
- Oliveira, F. O., & Werba, G. C. (2011) Representações Sociais. In M. G. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca, *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 104-117). Vozes.
- Ragnini, E. C. S., Silva, G. P., & Fromhls, L. B. (2020). (Des) enlases na experiência da Psicologia com migrantes e refugiados na pandemia da COVID-19. *Cadernos de Psicologias*, 1(1), 1-11.
- Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Sayad, A. (2002). *La doppia assenza: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato*. Raffaello Cortina Editore.
- Sawaia, B. B. (2006). Identidade – uma ideologia separatista? In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 119-127). Vozes.